



## **QUE FIM LEVARAM OS REPRESSORES NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA?**

Pâmela Minuzi Machado<sup>1</sup>, Lucas Wolff Schmidt<sup>2</sup>, Profª Drª Mariana Rangel Joffily<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de História/FAED - bolsista PROBIC/UDESC

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de História/FAED

<sup>3</sup> Orientadora, Departamento de História/FAED – mariana.joffily@udesc.br

**Palavras-chave:** Ditadura militar. Agentes repressivos. Período democrático.

Indivíduos que participaram de maneira contundente da engrenagem do sistema repressivo – responsável por inúmeros casos de torturas, desaparecimentos e mortes – integraram-se à sociedade no processo de transição para a democracia, sem sofrerem os devidos julgamentos e/ou condenações jurídicas por tais crimes. Embora consideremos 1988 o real marco da democratização brasileira, tomaremos como ponto de partida para esta pesquisa o ano de 1979, isso devido ao início do processo de abertura democrática e à promulgação da Lei da Anistia, em agosto do mesmo ano. Este resumo se insere na pesquisa intitulada “A repressão em carne e osso. Formação, treinamento e trajetória profissional de agentes repressivos da ditadura militar brasileira (1961-1988)”, sob desenvolvimento e coordenação da Profª Drª Mariana Joffily.

Nosso objetivo principal consiste em mapear e identificar quais foram as atividades exercidas, no âmbito da sociedade civil, por militares do Exército ligados à repressão política, após o movimento de abertura política iniciado em 1979. As fontes utilizadas para essa pesquisa centram-se especialmente no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), com a intenção de entender quais foram as suas atuações no campo da repressão durante a ditadura militar; incluindo os verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e na bibliografia especializada *A Ditadura Acabada* do jornalista Elio Gaspari – mais especificamente no epílogo “500 vidas” – ambas utilizadas para o levantamento de dados sobre suas atuações fora do meio militar.

Dado o elevado número de agentes repressivos tabelados, se fez necessário concentrar a seleção nos militares do Exército de patente mais elevada, a partir do grau de capitão, sendo

todos condecorados com a Medalha do Pacificador com Palma, ligados ao Centro de Informações do Exército (CIE) ou ao DOI-CODI e obrigatoriamente mencionados no relatório elaborado pela CNV. Assim, a partir da análise das fontes, foram observadas e verificadas que, com o desmantelamento das engrenagens repressivas do Estado, as carreiras desses militares prosseguiram de maneira diversa: alguns estiveram ligados à complexa rede de jogo do bicho da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, outros retiraram-se da vida pública após irem para a reserva, alguns dedicaram-se ao ativismo político no Clube Militar, tiveram aqueles que ocuparam cargos administrativos ligados a governos democráticos ou os que entraram para a vida pública por meio de eleições. Entre alguns dos selecionados, podemos citar o capitão Guimarães Jorge e os coronéis Léo Frederico Cinelli e Nilton de Albuquerque Cerqueira.